

A SOCIALIZAÇÃO MILITAR DA MULHER NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Luís Alves e Fraga

Resumo

O texto desta conferência foi elaborado em 22 de Abril de 1994 e nele se descreve em traços bastante largos um século de condição feminina em Portugal para se compreender como foi possível chegar ao momento de integração de jovens mulheres na Academia da Força Aérea, destinando-as ao desempenho de funções de oficiais militares em tudo iguais às dos seus camaradas do sexo masculino.

Explica-se, sem grande minúcia, como se procede à socialização militar dos cadetes femininos, tentando conciliar uma dupla situação: a de mulher mãe de família e a de mulher militar com obrigações que não as discriminem dos seus camaradas homens.

Dada a novidade que era a presença de cadetes femininos na Academia da Força Aérea — pioneira na formação de mulheres com funções de oficiais militares — ainda se estava a viver uma fase de auscultação e de experimentalismo formativo de modo a não gerar situações anómalas nem traumatizantes, pois tinha-se, então, mais de cem anos de experiência de socialização militar de homens e quase nada se sabia de socialização militar de mulheres, tendo de se levar em conta o facto de os exemplos colhidos no estrangeiro, especialmente nos Estados Unidos da América, reportarem-se a realidades culturais bastante diversas da portuguesa. Assim, na Academia da Força Aérea, em Sintra, mais importante do que modificar comportamentos que fizessem das jovens cadetes boas chefes, e boas condutoras de operações militares, importava transformar-lhes princípios culturais atávicos que, em Portugal, sempre estiveram ligados à condição de mulher. Só quando lhes tivesse sido inculcada uma cultura de liberdade, igualdade e responsabilidade no desempenho castrense estariam aptas a serem chefes capazes e competentes condutoras de acções bélicas em paridade com os seus camaradas masculinos.

A SOCIALIZAÇÃO MILITAR DA MULHER

NA

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA*

Luís Alves e Fraga**

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar a minha exposição colocando uma pergunta a partir da qual poderá ser possível entrarmos num processo dedutivo fundamental para satisfazer o debate que se seguirá.

— Para se ser militar de carreira, isto é, para se pertencer aos chamados quadros permanentes, será necessário proceder a alterações do comportamento aprendido nos anos que antecederam a entrada nas fileiras?

A resposta só pode ser afirmativa. Com efeito, um jovem, do sexo masculino, que dê entrada nesta, ou noutra, Academia tem de alterar o seu comportamento psicológico para se transformar num verdadeiro militar profissional. Não se trata de uma alteração à toa, mas de um processo que a experiência ensinou melhor e mais correctamente do que qualquer tratado psicossociológico.

Realmente, a existência das Academias Militares, que na Europa monta aos finais do século XVIII e, entre nós, à primeira metade do século XIX, permitiu que se fossem desenvolvendo mecanismos de adaptação do homem à vida militar e, acima de tudo, a transformá-lo num condutor de outros homens, num «técnico» do modo de fazer a guerra e num *altruísta* da Nação.

Na realidade, o oficial começa por ser um chefe militar e, para o poder ser com rigor e perfeição, tem de saber conduzir os homens que comanda — em especial através do exemplo. Esta capacidade de influenciar os outros passa pela aquisição de técnicas que uma vivência prolongada dentro das paredes de um quartel vão proporcionando. Não se trata de uma capacidade de mando igual à que se pratica em qualquer emprego civil; o que na tropa se

* Comunicação efectuada aquando da visita dos alunos da Universidade Moderna à Academia da Força Aérea, em 22 de Abril de 1994.

** Coronel, director do Ensino Universitário da Academia da Força Aérea.

necessita é de chefes que levem os subordinados à obediência total, isto é, que cumpram sem hesitações, e quando uma tal situação se verifica, a virtude não está na subordinação dos chefiados, mas na personalidade do chefe.

Se uma força armada carece de chefes para a tornarem coesa e disciplinada, o certo é que necessita de comandantes que a levem à eficiência no desempenho da sua missão principal: a guerra. As Academias, por conseguinte, além de ensinarem a capacidade e o treino de chefia, têm de preparar os futuros oficiais como condutores da guerra, tanto ao mais baixo nível, como aos níveis superiores do entendimento do conflito.

A aprendizagem da condução da guerra na chamada ordem táctica, isto é, ou a baixos escalões de comando ou em teatro de operações exíguos, faz parte do treino teórico e, especialmente, prático das Academias; o entendimento dos níveis superiores do conflito, isto é, a ordem estratégica, faz parte dos conhecimentos essencialmente teóricos que aqui se ministram. Deseja-se que o oficial saia preparado para enfrentar situações bélicas que são inerentes ao seu posto e, ao mesmo tempo, que tenha armazenado conhecimentos que são o substracto sobre o qual, dentro de poucos anos, se vai perfilar o saber do oficial superior e, até, do oficial general.

Por fim, nas Academias faz-se do futuro oficial um *altruísta* da Nação, isto é, um cidadão capaz de dar o seu trabalho, o seu esforço e a própria vida, se necessário, para salvaguarda dos valores mais significativos e importantes da Pátria: a independência e a soberania.

Este processo complexo, que envolve outras vertentes que não evidenciei, e que tem como finalidade transformar o comportamento do jovem candidato a oficial, toma o nome de *socialização militar*.

Não se trata de um mero processo cognitivo, quer dizer, não se visa ensinar uma lição, mas procura-se alterar, estruturalmente, formas de pensar, de agir e de sentir, trata-se de uma verdadeira ressocialização, de uma forma nova e diferente de viver a vida e de a entender.

O processo de *socialização militar*, embora só tenha passado a ser executado com algum rigor há cerca de dois séculos, recolheu toda a experiência que desde sempre o homem foi desenvolvendo no modo de fazer a guerra.

Na verdade, não nos podemos esquecer que o acto bélico, na tradição europeia, constituiu uma actividade essencialmente masculina praticada e treinada pelos homens das classes abastadas e dirigentes, pelo menos até à Revolução Francesa.

Também devemos lembrar que, até ao final dos anos trinta do presente século, de um modo geral na Europa, a educação dos jovens do sexo masculino era bastante diferenciada da dos jovens do sexo feminino. Com efeito, função dos padrões culturais herdados da moral burguesa, característica dos séculos XVII e XVIII, era ao homem que cabia a obrigação de trabalhar para garantir o sustento da família e era a ele que deviam pertencer os maiores sacrifícios. Quer dizer, o homem da primeira metade do século XX herdou princípios culturais que o colocavam como que predisposto para a luta pela sobrevivência e, por conseguinte, para ser o mais forte e o mais apto não só no emprego como na sociedade em geral. À mulher ficava reservada, nessa moral tradicional, o papel de esposa, de mãe — entenda-se, procriadora —, de educadora e de dona da sua casa. Nos estratos financeiramente mais abastados, à mulher cabia o papel de *embaixatriz* do estatuto social e económico do seu companheiro, isto é, ela servia para evidenciar, em sociedade, a estabilidade dos negócios que o marido geria.

O processo de *socialização militar*, para que fosse — como não era — anacrónico e desajustado, tinha de reflectir estes traços marcantes e determinantes da cultura na qual se inseria.

A 2.^a Guerra Mundial e, muito particularmente, a ampliação dos efeitos do desenvolvimento da economia de mercado e, por isso, da imensa concorrência que se estabeleceu a todos os níveis, veio fazer surgir um fenómeno novo na sociedade militar: a mulher nas fileiras.

1. A MULHER PORTUGUESA NOS ÚLTIMOS CEM ANOS

Antes de entrar na problemática do processo de *socialização militar* das jovens cadetes da Academia da Força Aérea, torna-se necessário que tenhamos presente a realidade concreta sobre a qual vamos trabalhar, isto é, a mulher portuguesa que, do ponto de vista cultural, é, ou foi, diferente das outras mulheres europeias.

Seria estultícia da minha parte admitir uma igualdade teórica entre todas as mulheres portuguesas, ainda que no mesmo momento temporal. Assim, no mínimo, será equilibrado

dividir a análise da evolução cultural da mulher portuguesa nos últimos cem anos segundo sectores temporais e sócio-geográficos. Vejamos.

Proponho a divisão do tempo que medeia entre 1890 e 1994 em cinco grandes períodos, que passo a identificar:

- 1) *Tradição demo-liberal* — 1890 a 1910
- 2) *Modernidade europeia* — 1910 a 1930
- 3) *Retorno ao recato* — 1930 a 1950
- 4) *Boom económico* — 1950 a 1974
- 5) *Libertação igualitária* — 1974 a 1994

Quanto à divisão geográfica proponho que reduzamos a realidade nacional a três grandes espaços: *Interior Norteno e Central*; *Interior Alentejano* e *Litoral*, embora, neste último, tenhamos de subdividi-lo em dois sectores distintos: as *grandes cidades* e as *regiões rurais*.

Relativamente às divisões sociais, julgo que a análise fica facilitada, se nos limitarmos a considerar seis grupos, a saber: a *grande*, a *média* e a *pequena burguesias urbanas*, o *proletariado urbano*, a *burguesia rural* e a *população rural*.

Passemos à integração e interacção das variáveis identificadas.

Se o período de 1890 a 1910 se pode genericamente identificar como sendo aquele em que imperou a transição do Romantismo para o Realismo literários, também se pode dizer que a mulher portuguesa, pela via do romance, passou a ter maior contacto com as evoluções do pensamento que lhe chegavam de além Pirenéus; passou a interessar-se pela moda, pela música, pela poesia e, até, pela vida ao ar livre. Todavia este esboço só é, de facto, aplicável às mulheres pertencentes à grande e média burguesias urbanas das grandes cidades da região litoral — Lisboa, Figueira da Foz, Coimbra e Porto — e, mesmo assim, com certas ressalvas.

As mulheres da pequena burguesia urbana e da burguesia rural, viviam ainda padrões culturais impostos pelo recato que lhes era determinado pelo analfabetismo e pela prática de um a religião mais feita de credices que de crenças; era uma mulher fechada sobre o lar e as tarefas da casa, a educação dos filhos e, acima de tudo, mantendo uma permanente disponibilidade moral e física para o marido; as suas máximas distrações passavam pela assistência ao culto, na igreja, e, para as mais afortunadas, por umas vagas férias em zonas balneares ou assistência às vindimas.

As mulheres pertencentes ao grupo do proletariado urbano e às populações rurais viviam perfeitamente subjugadas aos trabalhos da casa ou do campo, bem como à vontade despótica dos maridos e pais embrutecidos pelo trabalho duro e pelo consumo excessivo de vinho, sua única distração.

O período que se inicia com a proclamação da República e se prolonga até 1930, pode caracterizar-se, a traços bem largos, da forma seguinte.

As mulheres de todos os grupos da burguesia urbana da região litoral passam a estar cada vez mais abertas à modernidade, que se traduz de formas diferentes, tais como: maior atenção às variações da moda que chega de fora, em especial de França; menor entrega aos labores da casa; maior disponibilidade para trabalhar em determinadas profissões ou empregos — enfermeiras, médicas, professoras e, para o fim do período, balconistas de grandes armazéns. Estas mulheres vão-se libertando da prática de uma religião feita de credices, passando a viver a religiosidade mais maleável com as exigências de uma vida citadina mais moderna. As distrações começam a ser as festas, tanto nos salões elegantes como nas associações de bairro, o cinema, o teatro, e, até, em casos mais raros, a prática de ginástica e desporto, mas, em todas as circunstâncias, sempre acompanhadas pelos maridos ou pelos pais. Este movimento de abertura, que foi proporcionado, por um lado, pela República, e, por outro, pela 1.^a Guerra Mundial, reflectiu-se, também, sobre as mulheres da burguesia rural, gerando uma maior possibilidade de convívio, que se traduziu no hábito das *visitas*.

Ao nível das mulheres do grupo social que identifiquei como proletariado urbano, a grande diferença que se verifica é que elas vão engrossar o número dos trabalhadores fabris, passando a viver um tipo de vida semelhante aos dos pais e maridos.

O estatuto das mulheres que integravam as populações rurais não sofre alteração significativa relativamente ao período anterior.

O tempo que designei como *Retorno ao recato*, estende-se de 1930 a 1950 e genericamente, pode caracterizar-se como um período marcado pela intenção de retardar o andamento da modernidade já alcançada e pela travagem das influências que chegavam de fora. É um período em que a Igreja Católica vai ser amparo do Estado na execução desta política julgada moralizadora.

As intenções não foram plenamente alcançadas porque, ao nível das mulheres dos grupos sociais burgueses urbanos da região litoral, para além de um retardamento na década de trinta, pode dizer-se que, com a eclosão da 2.^a Guerra Mundial e a presença de numerosos refugiados nas principais cidades portuguesas, se verificou uma modernização no modo de estar, a qual se traduziu, especialmente, na ampliação do número de empregadas de escritório, de professoras — do ensino primário e secundário —, na prática de certos costumes quase reservados aos homens, tal como fumar e conduzir automóveis, na modificação da moda — visível, quer na redução do comprimento das saias, quer na adopção de modelos de fato de banho mais ousados, quer, ainda no sucessivo abandono do uso de chapéu —, na frequência de locais públicos, como por exemplo, nas áreas urbanas, *cafés* e esplanadas, enfim, uma maior mobilidade diurna, nas áreas urbanas, sem a companhia protectora e fiscal do pai ou do marido.

As mulheres da burguesia rural, neste período e função dos condicionalismos próprios do quadro político, pouco ou nada evoluíram comparativamente com o período anterior. No entanto, as mulheres pertencentes às populações rurais, em especial as do litoral e as do interior alentejano, por razões aparentemente diferentes, sofreram traços de modernização que lhes vieram da proletarização. Com efeito, a implantação de indústrias no litoral provocou uma maior liberdade de costumes, que adveio da desvinculação da mulher dos trabalhos caseiros e agrícolas; no Alentejo, a mulher, função das campanhas de aumento de produção de trigo, passa a empenhar-se mais nos trabalhos agrícolas, como assalariada, e a assumir um papel reivindicativo que, ou não era desempenhado pelo homem, ou era-o em condições de menor voluntariedade; em qualquer das duas regiões pode-se, pois, falar de um aumento de traços modernizantes que rompem com as tradições locais.

Ao nível do proletariado urbano é aceitável dizer-se que não houve significativas alterações, relativamente ao período anterior, já que as mulheres mantiveram um estatuto semelhante ao que já tinham.

O tempo do *boom económico*, que estendi de 1950 a 1974, corresponde ao das grandes alterações no estatuto da mulher portuguesa.

Com efeito, podem dividir-se estes vinte e quatro anos em dois períodos consecutivos: a década de cinquenta e a década e meia de sessenta.

Os anos 50 são marcados, em Portugal, pelo *boom* económico que se vivia na Europa o qual tem como reflexos imediatos a emigração das populações mais pobres do interior norte-centro, quer para França, quer para a Alemanha, quer, ainda, para a Holanda e o Luxemburgo. Se numa fase inicial são os homens que emigram, numa outra posterior fazem-se acompanhar das mulheres e dos filhos. No começo da década de sessenta o movimento emigratório atinge, também, o interior alentejano e certas zonas rurais da região litoral.

A meio da década de cinquenta surgem as primeiras emissões de televisão, as quais, pese embora a censura do regime político, vão constituir uma fonte de contacto com o mundo exterior e com outros costumes.

A década de sessenta e os quatro anos seguintes corresponderam ao tempo da guerra nos diferentes teatros de operações africanos. Se a emigração para o estrangeiro acelerou a mudança dos costumes, em certas regiões de Portugal, a guerra levou a que, ano após ano, jovens soldados entrassem em contacto não só com as grandes cidades como, também, com tecnologias que, para muitos, estavam fora do seu alcance — o transatlântico e o avião. Depois desta caracterização genérica do período, vejamos as alterações nos diferentes níveis que adoptámos para análise.

Na pequena e média burguesias urbanas da região litoral verifica-se, por um lado, um aumento da capacidade de consumo, facto que leva as mulheres a estarem, cada vez mais, atentas às alterações da moda e dos costumes, e, por outro, uma maior oferta do tipo de emprego, facto que lhes garante uma clara independência financeira. A ausência dos namorados, dos noivos ou maridos, quer em situação de emigrantes — caso mais raro neste grupo social —, quer na situação de combatentes em África, reduz a acção limitadora e controladora da actividade social das mulheres o que se vai traduzir em pequenos e grandes gestos tendentes à afirmação de autonomia social, tais como fumar, conduzir automóveis, sair à noite, frequentar salas de cinema e de teatro sem a companhia dos pais ou irmãos, aderir ao uso da mini-saia, adoptar, na praia, o fato de banho de duas peças, etc.

Relativamente às jovens pertencentes à grande burguesia urbana da região litoral, assim como uma faixa significativa das da média burguesia, verifica-se, em especial nos anos sessenta, uma clara adesão a movimentos internacionais de jovens contestatários que pugnam pela libertação de obrigações, costumes e tradições, tanto sociais como morais, ou, ainda, políticos. Embora limitadas pela acção repressiva do Estado Novo, as manifestações contestatárias, em Portugal, assumiram características, por um lado, essencialmente políticas,

através da militância em movimentos marxistas de extrema esquerda, e, por outro, marcadamente sociais, através da adopção de consumo de algumas drogas — hoje consideradas *leves* —, do uso de certos trajas e comportamentos e, por fim, pela adesão a determinados tipos de canções — as baladas.

A burguesia rural, por influência, tanto da emigração como da guerra e da televisão, passa a pugnar pela adopção de uma mobilidade social que favoreça os filhos. É assim que se assiste à movimentação das jovens que, fugindo ao seu ambiente natural, vêm estudar para as grandes cidades da região litoral e, uma vez aqui, adoptam comportamentos sociais semelhantes aos da pequena e média burguesias urbanas.

Quanto às populações rurais, já me referi aos fundamentos que levaram à mudança — a emigração e a guerra —, restando-me reflectir sobre as consequências que tais alterações tiveram sobre as jovens.

Em primeiro lugar, a redução da pressão social dos homens levou a que as mulheres adoptassem comportamentos menos tradicionais e que assumissem com maior dignidade e mais sentido de responsabilidade o seu papel social; em segundo lugar, o contacto com sociedades diferentes gerou nas mulheres, que acompanharam os maridos e pais na emigração, a adopção, com o consentimento masculino, de comportamentos simultaneamente menos aberrantes e tradicionais; por fim, a entrada de poupanças de emigrantes em lugares esquecidos, em Portugal, facilitou mudanças de hábitos de consumo e criou apetência para o abandono das profissões tradicionais, levando muitas jovens, para as grandes cidades do interior, com a finalidade de aí estudarem.

Relativamente ao proletariado urbano a grande modificação verifica-se mais ao nível da juventude, que passa a ter maior acesso ao ensino e, por conseguinte, a uma maior mobilidade social. Os costumes e, acima de tudo, os desejos sofrem alterações que vão ser mais notáveis no último período.

Chegamos, agora, aos derradeiros vinte anos desta ronda que efectuámos pela centúria decorrida.

Abril de 1974 trouxe a liberdade democrática que era inevitável, como podemos ver pela descrição que fiz da modificação dos hábitos e costumes sociais, já que a globalização dos grandes problemas locais e regionais era incompatível com um regime político, na Europa, que vivesse essencialmente virado para a preservação da tradição.

A liberdade de expressão, de reunião e de associação alteraram, rapidamente, hábitos e costumes, fazendo desaparecer barreiras sociais que, tradicionalmente, existiam e das quais me socorri para chegar até este momento da minha exposição.

Com efeito, a acção informativa da televisão, associada às novas condições políticas nacionais, diluiu a fronteira entre territórios do interior e do litoral, ao mesmo tempo que tendeu a igualar os comportamentos urbanos, quer estes se situassem mais próximos da costa marítima, quer estes rondassem a raia espanhola. As grandes distinções sociais, hoje em dia em Portugal, fazem-se partindo da conjugação de dois vectores: a erudição e o dinheiro; os usos e costumes vão, cada vez mais, deixando de ser padrões de comparação, porque, sejam quais forem, já não servem para clivar os indivíduos. Os habitantes das aldeias ambicionam o mesmo padrão de vida material que os habitantes das cidades; vestem-se de forma idêntica; têm os mesmos comportamentos; usam da mesma complacência perante os mesmos acontecimentos; em suma, toda a vivência social parece tender para a uniformização.

Atingido este ponto, resta-me tirar uma grande conclusão que facilite o avanço para o passo seguinte.

Assim, julgo que, com segurança, se pode afirmar que a ruptura com as tradições e costumes, que determinavam o comportamento da mulher portuguesa, foi, por um lado, excessivamente abrupta, pois ocorreu, em boa verdade, nos últimos trinta a quarenta anos, e, por outro, foi mais consequência de fenómenos estranhos à sociedade nacional do que o resultado dessa mesma sociedade.

Deste modo, a admissão de mulheres na actividade castrense e, especialmente, na qualidade de oficiais do quadro permanente, não corresponde, de facto, nem a uma necessidade real das Forças Armadas, nem a uma verdadeira conquista na luta pela afirmação de igualdade e liberdade da mulher portuguesa.

A admissão de jovens do sexo feminino nas Forças Armadas resultou da vontade dos altos comandos militares contribuírem para a emancipação da mulher portuguesa, colocando-a a par das dos outros países europeus, e, acima de tudo, ajudando à consolidação e irreversibilidade do processo sociológico de mudança que se iniciou nos anos sessenta e se institucionalizou na segunda metade dos anos setenta.

As mulheres nas Forças Armadas são uma realidade que, pessoalmente, me satisfaz e me agrada. Todavia, independentemente da concordância com a abertura das Forças Armadas

às mulheres, há que reconhecer que o caminho que estamos a iniciar não é fácil, nem conhecido e, por isso, terá de ser trilhado com grandes cautelas. A parte final da minha exposição vai aflorar a vertente que se relaciona com o processo de *socialização militar* das mulheres na Academia da Força Aérea.

2. MULHERES E MILITARES OU SÓ MILITARES?

Poderia começar por colocar a seguinte pergunta, que resume a primeira grande condicionante do processo de *socialização militar* na Academia da Força Aérea:

— Pretende-se que as nossas alunas sejam vistas e formadas como *mulheres e militares* ou, pelo contrário, sejam exclusivamente *militares*?

Na verdade, consoante a escolha das opções enunciadas assim o processo de socialização será um ou outro.

Entre nós não houve dúvidas: quis-se manter nas alunas todos os traços característicos da sua feminilidade a par da condição militar. Esta via torna, claramente, mais difícil o processo de *socialização militar*, porque vai obrigar à existência, mesmo que não estruturada nem formalizada, de duas metodologias de socialização: uma, com o andamento marcado pela tradição, que se aplica aos alunos do sexo masculino; outra, com um andamento que resulta mais das experiências alheias e que vai sendo testada no dia-a-dia, que se aplica aos cadetes do sexo feminino.

Passo a exemplificar, para melhor compreensão.

— As tabelas de avaliação do treino físico e militar no campo tiveram de ser adaptadas às condições que supostamente se julgavam adequadas aos jovens do sexo feminino.

— Teve de se encontrar um modelo provisório de aparência visual das alunas. Assim, não foi deixado ao livre arbítrio o uso dos mais diferentes penteados, nem dos mais díspares adornos femininos, tais como brincos, colares, pulseiras, etc.

— Passou-se a moderar a linguagem, evitando o uso de palavras que faziam parte da gíria militar e que apelavam ao brio másculo dos futuros oficiais. Quando, ainda, uma tal fraseologia é utilizada geram-se situações de constrangimento que podem actuar como elemento de redução de confiança mútua, facto que não ocorria no antecedente.

— Não se vulgariza a concorrência entre homens e mulheres para evitar problemas de aceitação do grupo feminino, que é numericamente minoritário.

Face a estes exemplos corriqueiros surge-me como evidente uma conclusão que se relaciona com o que antes já referi: todos os constrangimentos e algumas das dificuldades que se colocam na instrução mista, resultam, de facto, de uma ainda mal estabilizada e mal assegurada emancipação da mulher portuguesa. Com efeito, se a presença feminina nas Forças Armadas resultasse de uma reivindicação, elaborada e consciencializada, de um direito de igualdade, o comportamento dos militares do sexo masculino era descomplexado e tendencialmente igualitário.

Se assim acontecesse o processo de *socialização militar* podia correr paredes-meias com os métodos tradicionais; porque tal não é possível, há necessidade de desenvolver um processo que leve em conta as assimetrias culturais que ainda subsistem em certos grupos sociais e, até, nalgumas regiões do país, porque, como já disse, a evolução da condição feminina está pouco conseguida na sociedade portuguesa, vivendo, por conseguinte, uma situação de equilíbrio instável.

Repare-se que, independentemente de todas as mudanças já por mim evidenciadas, a jovem mulher portuguesa ainda continua a ser socializada, no seio da família, para desempenhar o papel de esposa, mãe, dona de casa e, simultaneamente, empregada, ou se se preferir, profissional. Quer dizer, a carreira profissional e as responsabilidades de esposa e mãe ainda não constituem uma opção alternativa, sendo, pelo contrário, empreendimentos sequenciais e complementares.

Esta questão é extremamente grave para a instituição militar, porque, entre nós, serviço da Pátria e responsabilidades familiares não estão ao mesmo nível — a Pátria está primeiro e a família poderá ter de ser sacrificada em nome da vocação castrense. Ora, não é este o entendimento social do papel da mulher militar — e está-se a esboçar uma tendência que aponta para ela não querer assumir o papel militar, tal como o enunciei.

A Academia da Força Aérea, ao formar oficiais do sexo feminino, tem por obrigação pré equacionar estas questões de modo a que, amanhã, a maternidade ou o acompanhamento dos filhos, não sejam motivos para que se deixe de cumprir a missão, tal como razões semelhantes não são, para o oficial do sexo masculino, desculpa para evitar o cumprimento deste ou daquele dever.

Ser mulher e oficial da Força Aérea não pode ser uma aventura que se vive quando convém e apetece; ser mulher e oficial da Força Aérea tem de ser uma vocação que se pretende realizar com sacrifícios de vária natureza.

Socializar as jovens cadetes da Academia da Força Aérea passa por ser capaz de alterar comportamentos mentais, que têm origem na socialização familiar e social anterior, de modo a gerar tão bons profissionais femininos como o foram no passado, e são no presente, os oficiais do sexo masculino.

Na verdade, mais importante do que modificar comportamentos que façam das jovens cadetes boas chefes, e boas condutoras de operações militares, mais importante, dizia, é transformar-lhes princípios culturais atávicos que sempre estiveram ligados à condição de mulher. Só quando se lhes tiver inculcado a clara noção do verdadeiro profissionalismo militar — que não se limita nem confina ao simples desempenho da profissão castrense, porque vai para além de todos os meros e mesquinhos interesses pessoais — só quando essa noção estiver perfeitamente arraigada em cada uma das cadetes desta Academia é que se torna possível fazer delas verdadeiras chefes militares e competentes condutoras de acções bélicas em total paridade com os seus camaradas do sexo masculino. Este é, em meu entender, o profundo desafio da *socialização militar* das mulheres na Academia da Força Aérea.

CONCLUSÃO

Atingi o momento de concluir. Resta-me encontrar algumas pistas que possam servir de ponto de partida para aprofundamentos posteriores, depois desta rápida passagem sobre temas que, isoladamente, davam para muitas horas de debate.

Antes de mais, julgo que é altura para nos três Ramos das Forças Armadas e incluindo as respectivas Academias, se formar um grupo de trabalho que, em termos científicos, investigue a temática da *socialização militar* por forma a poderem-se marcar claramente as distinções entre os procedimentos a ter para com os homens e as mulheres militares.

Admito que se torna imprescindível iniciar estudos com base e rigor científicos tanto de natureza sociológica como de natureza psicológica que conduzam à inventariação da situação da mulher nas Forças Armadas e, em particular, na Força Aérea, tendo como objectivo prevenir situações ao contrário de remediá-las depois de concretizadas.

Por fim, é preciso que tenhamos bem presente que as jovens que fazem opção por uma carreira de oficial da Força Aérea ainda são pioneiras neste domínio e que serão elas quem, amanhã, empiricamente, repetirão os métodos de instrução que hoje utilizamos, facto que nos impõe responsabilidades acrescidas.

Academia, em Granja do Marquês, 22 de Abril de 1994

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João Ferreira de — «"Quem faz o arraial é o povo": mudança social e mudança cultural» in *Análise Social*, n.º 64, 1980, p. 679-698.
- BARREIRA, Cecília — *História das Nossas Avós*, Lisboa, Edições Colibri, 1992.
- BIBLIOTECA NACIONAL — *A Moda em Portugal Através da Imprensa 1807-1991*, Lisboa, 1991.
- CABRAL, João de Pina — «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho» in *Análise Social*, n.º 80, 1984, p. 97-112.
- FRAGA, Luís M. Alves de Fraga — *O Processo de Socialização Militar na Academia da Força Aérea e a Nação*, Sintra, Academia da Força Aérea, 1992.
- FRANÇA, José-Augusto — «Sondagem nos anos 20 — cultura, sociedade, cidade» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 823-844.
- GOLDEY, Patrícia — «Migração e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho: 1876-1976» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 995-1021.
- LEEDS, Anthony — «Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 1023-1043.
- LEEDS, Elizabeth — «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 1045-1081.
- MÓNICA, Maria Filomena — «"Deve ensinar-se o povo a ler?": a questão do analfabetismo (1926-39)» in *Análise Social*, n.º 50, 1977, p. 321-353.
- MOURA, Helena Cidade — «Aspirações sociais dos adolescentes» in *Análise Social*, n.º 96, 1987, p. 333-350.
- PEREIRA, José Carlos Seabra — «Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações entre a literatura e sociedade no último quartel do século XX)» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 845-873.
- PORTELA, José Francisco Gandara — «Continuidade e mudança em Fontim — alguns elementos sobre o modo de vida rural» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 611-633.
- RODRIGUES, Julieta de Almeida — «Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 909-938.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos — *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

SILVA, Maria Regina Tavares da — «Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras do início do século XX» in *Análise Social*, n.º 77-78-79, 1983, p. 875-907.